



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA NORMATIVA Nº 323 DE 03 DE junho DE 2014

Dispõe sobre os critérios para o custeio de cursos de Pós-Graduação *lato sensu e stricto sensu* para Membros e Servidores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso XX do art. 159 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT a participação em cursos de pós-graduação de membros, servidores das carreiras de analista e técnico, bem como servidores requisitados da União investidos em função ou cargo comissionado da Instituição há pelo menos 02 (dois) anos.

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT o custeio de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu* para membros, servidores das carreiras de Analista e Técnico, bem como servidores requisitados da União investidos em função ou cargo comissionado da Instituição há pelo menos 02 (dois) anos.

Parágrafo único: Servidores em estágio probatório não poderão solicitar o custeio de cursos de pós-graduação, exceto os servidores que se encontrem em estágio probatório em razão da posse em outro cargo das carreiras de Analista e Técnico do Ministério Público da União, sem interrupção do vínculo, desde que já tenham finalizado o estágio probatório relativo ao cargo ocupado anteriormente.

Art. 2º O MPDFT destinará até 35% (trinta e cinco por cento) dos recursos orçamentários previstos para capacitação de membros e servidores para o custeio de cursos de pós-graduação.

Art. 3º O custeio de pós-graduação será atendido por ordem cronológica de apresentação dos pedidos acompanhados da integralidade da documentação discriminada no art. 6º, e obedecerá aos seguintes limites:



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

I - custeio de até 70% (setenta por cento) para cursos de pós-graduação *lato sensu*;

II - custeio de até 50% (cinquenta por cento) para cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Parágrafo único. O custeio concedido pelo MPDFT será restrito à matrícula e às mensalidades do curso, excluídas quaisquer outras despesas, tais como taxa de seleção, passagens e diárias.

Art. 4º O processo seletivo para custeio de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* se iniciará após a formulação do requerimento de custeio, o qual deverá ser apresentado com, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência do início do curso.

Parágrafo único: Nos casos em que o servidor ou membro já tenham iniciado o curso de pós-graduação, estes também poderão requerer o custeio das parcelas vincendas, observado os limites dispostos no art. 3º, cujo benefício dar-se-á a partir da autorização da Procuradoria-Geral de Justiça, em se tratando de membro, ou da Diretoria-Geral, na hipótese de servidor.

Art. 5º A participação de membros e servidores em cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* custeados pelo MPDFT sujeitar-se-á ao cumprimento cumulativo dos seguintes requisitos:

I - pertinência temática do curso com as atribuições desempenhadas pelo requerente ou correlação do tema abordado com as atribuições institucionais do MPDFT;

II - conveniência do serviço e compatibilidade de horário;

III - autorização da Procuradoria-Geral de Justiça, no caso de membros;

IV - autorização da Diretoria-Geral, no caso de servidores;

V - disponibilidade orçamentária.

Art. 6º Para participar do custeio de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* o membro ou servidor deverá apresentar ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP a seguinte documentação:

I - ficha de inscrição no Programa de Pós-Graduação;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

II - termo de compromisso assinado;

III - termo de Autorização de Publicação e Divulgação do Trabalho de Conclusão de Curso;

IV - diploma ou certificado de conclusão de curso superior, quando couber;

V - currículo simplificado;

VI - declaração atualizada, *folder*, ou proposta técnico-financeira a ser fornecida pela instituição de ensino, contendo informações oficiais do curso, tais como início e término, local e horário de realização, carga horária, conteúdo programático, valores e forma de pagamento;

VII - documento que comprove o cumprimento da Resolução nº 1, de 03 de abril de 2001, do Conselho Nacional de Educação, vigente à época do processo seletivo, na expedição do diploma ou certificado;

VIII - documento que comprove o reconhecimento da Instituição de Ensino – IES no MEC, bem como de convênios e/ou parcerias estabelecidas nos casos em que a IES que ministra o curso seja diversa daquela que expede o certificado;

IX - declaração de compatibilidade ou compensação de horário emitida pela chefia imediata e/ou mediata, quando couber;

X - declaração de participação ou não participação em Programa de Pós-Graduação custeado pelo MPDFT.

§ 1º A não apresentação pelo requerente da integralidade dos documentos elencados nos incisos anteriores, dentro do prazo estabelecido no artigo 4º, importará o indeferimento do pedido de custeio do curso de pós-graduação.

§ 2º Após o deferimento do custeio, será exigida a entrega do contrato de prestação de serviços educacionais, assinado e carimbado pelas partes, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da ciência do requerente, sob pena de cancelamento da bolsa.

§ 3º Nos cursos *stricto sensu*, além da documentação elencada neste artigo, o membro ou servidor deverá apresentar:

I - documento que declare a admissão no curso de pós-graduação *stricto sensu*;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

II - cópia do projeto de pesquisa aprovado pela instituição de ensino, para análise de correlação com as atribuições institucionais do MPDFT.

§ 4º Nos cursos *stricto sensu*, o custeio para alunos cujo processo de admissão não estiver finalizado sujeitar-se-á à análise da Procuradoria-Geral de Justiça, em se tratando de membro, ou da Diretoria-Geral, na hipótese de servidor.

Art. 7º O membro ou servidor beneficiário do custeio pelo MPDFT de pós-graduação assumirá os seguintes compromissos:

I - assinatura de Termo de Compromisso, por meio do qual se obriga a ressarcir ao MPDFT todas as despesas custeadas, nos casos previstos no art. 8º, salvo por motivo considerado justificado, a critério da Superior Administração;

II - assinatura de Termo de Ciência de que somente fará jus a custeio de outro curso de pós-graduação, ou poderá ser beneficiado com licença para tratar de interesse particular e/ou ser exonerado, após decorrido igual período do curso custeado, ressalvada a hipótese de ressarcimento das despesas;

III - apresentação ao DGP, no final de cada semestre letivo, de Relatório de Acompanhamento e documento comprobatório de frequência, emitido pela instituição de ensino;

IV - apresentação ao DGP, ao final do curso, de cópia dos seguintes documentos:

- a) dissertação, tese, monografia ou artigo científico relativa ao curso;
- b) diploma ou certificado de conclusão do curso;
- c) histórico escolar em consonância com a Resolução nº 1 do CNE.

Parágrafo único. A alteração na data de conclusão do curso, a pedido do membro ou servidor, não poderá ultrapassar 01 (um) ano daquela inicialmente estabelecida.

Art. 8º Será cancelado o custeio de pós-graduação, durante a realização do curso, em caso de:

- I - descumprimento das disposições desta Portaria;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

II - insuficiência acadêmica;

III - desistência do curso;

IV - trancamento do curso sem anuência da Diretoria-Geral, no caso de servidor, ou da Procuradoria-Geral de Justiça, no caso de membro;

V - aposentadoria;

VI - exoneração;

VII - vacância;

VIII - demissão;

IX - licença para tratar de interesses particulares;

X - cessão para outro órgão;

XI - concurso de remoção e/ou permuta entre ramos do MPU, ressalvado o disposto no §3º;

XII - retorno do servidor requisitado ao órgão de origem.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I a X, ressalvados os casos excepcionais ou de força maior devidamente comprovados e aceitos pela autoridade competente, deverão ser devolvidas as despesas efetuadas pelo MPDFT.

§ 2º Na situação prevista no inciso XII, o ressarcimento das despesas dar-se-à somente se o retorno for a pedido do servidor.

§ 3º O servidor beneficiado pelo Programa de Pós-Graduação que durante o período do curso for removido entre os ramos do Ministério Público da União, por concurso de remoção ou permuta, terá suspenso o pagamento da bolsa, salvo se houver disponibilidade orçamentária específica e o devido aceite no ramo de destino.

§ 4º Na hipótese do inciso IV, o membro ou servidor deverá ressarcir as despesas efetuadas pelo MPDFT, salvo no caso de fato excepcional ou imprevisível devidamente motivado e comprovado pelo beneficiado, após apreciação fundamentada da Diretoria-Geral e concordância da Procuradoria-Geral de Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

§ 5º O membro ou servidor que desistir do curso na hipótese do inciso IV, somente poderá concorrer novamente a bolsa de estudos após transcorrido 12 (doze) meses da decisão que deferiu a desistência, aplicando-se nesse caso o disposto no parágrafo anterior.

Art. 9º O membro ou servidor deverá informar ao Departamento de Gestão de Pessoas a ocorrência de alteração da data de início ou de conclusão do curso, apresentando documentação comprobatória em até 60 (sessenta) dias a contar da referida alteração, sob pena de cancelamento do custeio.

Art. 10. Os membros e servidores beneficiados com a bolsa de estudos deverão cumprir o período de compromisso, sob pena de ressarcimento proporcional ao erário.

Parágrafo único. Concluído o curso, o membro ou servidor estará impossibilitado de participar de novo processo seletivo antes de cumprido o período de compromisso, ressalvada a hipótese de ressarcimento proporcional das despesas ao MPDFT.

Art. 11. Os membros e servidores beneficiados com a bolsa de estudos não poderão solicitar afastamento do exercício do cargo efetivo para a realização do curso de pós-graduação.

Parágrafo único. Concluído o curso, o membro ou servidor estará impossibilitado de solicitar afastamento do exercício do cargo efetivo para a realização de curso de pós-graduação antes de cumprido o período de compromisso, ressalvada a hipótese de ressarcimento proporcional das despesas ao MPDFT.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradoria-Geral de Justiça, em se tratando de membro, e pela Diretoria-Geral, na hipótese de servidor.

Art. 13. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria PGJ nº 201, de 28 de fevereiro de 2012.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


ZENAIDE SOUTO MARTINS

Publicada em 05/06/2014
Data cópia

Michelli Akemi Okuyama Lorenzi
Técnico Administrativo
Mat. 2674-3 / MPDFT